

VALENTINA ZANOTTI
MÁRCIA MOREIRA DE ARAÚJO

SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA NA ESCOLA

*Guia pedagógico para
diálogos, direitos,
subjetividades e resistências*



VALENTINA ZANOTTI
MÁRCIA MOREIRA DE ARAÚJO

Sexualidade e adolescência na escola: Guia pedagógico para diálogos, direitos, subjetividades e resistências

1ª Edição

Diálogo Comunicação e Marketing

São Mateus

2026

Sexualidade e adolescência na escola: Guia pedagógico para diálogos, direitos, subjetividades e resistências © 2026, Valentina Zanotti e Márcia Moreira de Araújo.

Orientadora: Prof^a. Doutora Márcia Moreira de Araújo.

Curso: Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação.

Instituição: Centro Universitário Vale do Cricaré – UNIVC.

Edição: Ivana Esteves Passos de Oliveira.

Projeto gráfico e editoração: Diálogo Comunicação e Marketing.

Diagramação: Ilvan Filho.

Imagens: Adobe Stock.

DOI: 10xxxxx01



Pesquisa de origem: “Sexualidade e adolescência: contribuições da escola na construção de subjetividades e resistências em contextos de normalização”.

Natureza do produto: Guia pedagógico de apoio à formação docente, ao planejamento curricular e à mediação de temas relacionados à sexualidade e adolescência no cotidiano escolar.

Público-alvo: Professores/as da Educação Básica, equipes pedagógicas e gestoras, com propostas adaptáveis aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

Finalidade: Apoiar práticas de educação sexual críticas, dialógicas, inclusivas e comprometidas com conhecimento científico, direitos humanos, formação integral, proteção da intimidade e valorização das diferenças.

Palavras-chave: sexualidade; adolescência; gênero; subjetividades; direitos humanos; educação sexual; mediação pedagógica; cultura digital.

COMO CITAR ESTE PRODUTO:

ZANOTTI, Valentina; ARAÚJO, Márcia Moreira de. Sexualidade e adolescência na escola: guia pedagógico para diálogos, direitos, subjetividades e resistências. São Mateus, ES: Faculdade Vale do Cricaré, 2026.

NOTA DE USO RESPONSÁVEL:

Este guia é um recurso pedagógico. Não substitui protocolos institucionais, orientações da rede de ensino, serviços de saúde ou fluxos de proteção. Situações que envolvam risco, violência ou necessidade de atendimento especializado devem seguir os procedimentos oficiais aplicáveis ao contexto escolar.



Sumário

APRESENTAÇÃO	08
1. DA PESQUISA AO GUIA	10
1.1 Achados que estruturam o Produto Educacional	12
1.2 Matriz de coerência: evidência, decisão e acompanhamento	13
2. COMO USAR ESTE GUIA	15
3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES	17
4. DIMENSÃO TEÓRICA	20
4.1 Adolescências e sexualidades como construções socioculturais	21
4.2 Gênero, normas e subjetividades	23
4.3 Poder, discurso, normalização e resistência	24
4.4 Diversidade, direitos humanos e escola	26
4.5 Consentimento, afetividade e cultura digital	27
4.6 Currículo, interdisciplinaridade e intencionalidade pedagógica	28
5. DIMENSÃO METODOLÓGICA	30
5.1 Planejamento em três tempos	31
5.2 Preparando condições de diálogo	32
5.3 Estratégias de mediação	34
5.4 Situações sensíveis, acolhimento e encaminhamento	35
5.5 Avaliação formativa	37
6. APLICAÇÃO PRÁTICA	39
6.1 Cartografia de sentidos	40
6.2 Caixa anônima: dúvidas sem exposição	43
6.3 Corpo, adolescência e pluralidade	45
6.4 Linha do respeito: consentimento e limites	47



6.5 Estereótipos em cena	50
6.6 Quando a “brincadeira” machuca	52
6.7 Redes, imagens e privacidade	54
6.8 Mitos, discursos e regimes de verdade	56
6.9 Afetos e relações respeitosas	59
6.10 Escola que acolhe: plano coletivo	61
7. SEQUÊNCIA DIDÁTICA INTEGRADA	64
8. FORMAÇÃO DOCENTE	67
9. INSTRUMENTOS PRONTOS PARA USO	70
9.1 Checklist de planejamento	70
9.2 Roteiro de registro reflexivo do/a professor/ac	71
9.3 Ficha rápida de saída – 3–2–1	71
9.4 Rubrica ampliada de acompanhamento	72
9.5 Matriz de planejamento de atividade	73
9.6 Triagem pedagógica de perguntas anônimas	73
9.7 Registro de continuidade e acompanhamento	74
9.8 Painel de acompanhamento do ciclo de 90 dias	75
10. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO 30–60–90 DIAS	76
10.1 Matriz de maturidade institucional	78
11. PERGUNTAS FREQUENTES	80
12. GLOSSÁRIO CONCEITUAL	82
REFERÊNCIAS	84
AS AUTORAS	88



Lista de esquemas e quadros

Elementos visuais e instrumentos de síntese

Esquema 1 – Da evidência da pesquisa à decisão pedagógica	12
Esquema 2 – Arquitetura do guia: quatro dimensões integradas	15
Esquema 3 – Arquitetura da mediação pedagógica	20
Esquema 4 – Planejamento em três tempos: antes, durante e depois	31
Esquema 5 – Rota de acolhimento diante de uma situação sensível	36
Esquema 6 – Institucionalização progressiva: 30–60–90 dias	76
Quadro 1 – Matriz de coerência do Produto Educacional	13
Quadro 2 – Doze princípios orientadores	17
Quadro 3 – Repertório de estratégias de mediação	34
Quadro 4 – Matriz das dez atividades práticas	39
Quadro 5 – Rubrica ampliada de acompanhamento	72
Quadro 6 – Matriz de maturidade institucional	78

CHAVE VISUAL

Ao longo do guia, caixas em verde destacam foco e evidências; caixas em coral sinalizam cuidados de mediação; caixas em azul indicam decisões institucionais; caixas em ocre sugerem adaptações, extensões ou perguntas de aprofundamento.



Apresentação

Um guia para transformar silêncio em diálogo pedagógico

Falar de sexualidade na escola não significa reduzir a formação de adolescentes a conteúdos biológicos, tampouco antecipar experiências pessoais. Significa reconhecer que corpos, afetos, identidades, relações de gênero, dúvidas, conflitos, preconceitos, direitos, redes sociais e formas de convivência já atravessam o cotidiano escolar, mesmo quando o currículo formal não nomeia esses temas.

Este guia nasce dos achados de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em escola pública de Educação Básica, orientada pela Análise do Discurso de inspiração foucaultiana. A investigação mostrou uma escola em posição paradoxal: ao mesmo tempo em que pode reproduzir normas, silenciamentos e classificações sobre corpos, gêneros e sexualidades, também pode produzir escuta, problematização, resistência, aprendizagem e transformação.

O Produto Educacional fortalece sua arquitetura conceitual, metodológica, prática e institucional. O objetivo é: oferecer um repertório de trabalho que ajude professores/as e equipes escolares a planejar, mediar e avaliar experiências formativas sem exposição da intimidade, sem moralização e sem improvisação.



Mais do que um conjunto de atividades, o guia propõe uma lógica de intervenção. Conhecimento científico, ética, direitos humanos, escuta e problematização são tratados como dimensões inseparáveis. A pergunta central deixa de ser apenas “o que ensinar sobre sexualidade?” e passa a incluir “como produzir condições pedagógicas para que diferentes sujeitos aprendam, participem e convivam com dignidade?”.

IDEIA CENTRAL

Educação sexual crítica articula conhecimento científico, ética, direitos humanos, afetividade, cultura digital, escuta e reconhecimento das diferenças. Seu compromisso não é revelar intimidades, mas produzir compreensão, autonomia, responsabilidade e formas mais justas de convivência.

“Onde há poder, há resistência.”

Michel Foucault



1 Da pesquisa ao guia

O que os discursos de professores/as e estudantes ensinaram

A pesquisa que originou este Produto Educacional analisou discursos de professores/as e estudantes acerca da sexualidade no contexto escolar, buscando compreender como eles participam da produção de saberes, das relações de poder e da constituição das subjetividades. A produção de dados envolveu questionários semiestruturados e roda de conversa, com 19 professores/as e oito estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental.





A análise evidenciou regularidades que orientaram a construção do guia: predominância de abordagens biologizantes e preventivas; fragilidades na formação docente; presença constante da sexualidade no cotidiano escolar, embora muitas vezes tratada de forma episódica; silenciamentos e autocensura; reprodução de normas rígidas de gênero; piadas, apelidos e preconceitos; exposição da intimidade em ambientes digitais; e movimentos de resistência marcados pelo diálogo, pela defesa das diferenças e pela reivindicação de espaços seguros de escuta.

Esses achados são tratados aqui como problemas de decisão pedagógica. Em vez de apenas descrevê-los, o guia os converte em perguntas de planejamento: que conhecimentos precisam ser ampliados? Que condições de participação reduzem constrangimentos? Como intervir diante de uma fala discriminatória? Quando uma situação exige acolhimento individual e encaminhamento? Que evidências mostram aprendizagem sem avaliar experiências íntimas?

O DESLOCAMENTO

PROPOSTO

O foco deixa de ser a transmissão isolada de informações sobre sexo e passa a ser a construção de condições pedagógicas para compreender discursos, analisar relações, argumentar, reconhecer diferenças, exercer cuidado e enfrentar discriminações.



1.1 Achados que estruturam o produto educacional

Da regularidade analítica à resposta pedagógica

Da evidência da pesquisa à decisão pedagógica

Sete regularidades analíticas convertidas em respostas concretas de planejamento, mediação e acompanhamento.

1	Predomínio biologizante	→ Ampliar o currículo para afetividade, consentimento, diversidade, direitos e cultura digital.
2	Fragilidade da formação docente	→ Instituir formação continuada, repertório conceitual comum e planejamento coletivo.
3	Tema presente, mas episódico	→ Passar da reação ao conflito para inserção planejada, interdisciplinar e recorrente.
4	Medo, vergonha e autocensura	→ Criar formas de participação protegidas: anonimato, casos fictícios e múltiplas linguagens.
5	Piadas, apelidos e preconceitos	→ Interromper, problematizar, responsabilizar e reconstruir critérios de convivência.
6	Normas rígidas de gênero	→ Desnaturalizar padrões, analisar efeitos e ampliar possibilidades de participação.
7	Exposição nas redes sociais	→ Articular consentimento, privacidade, ética da comunicação e responsabilidade digital.

Esquema 1 – Da evidência da pesquisa à decisão pedagógica.

A força do Produto Educacional está na coerência entre pesquisa e intervenção. Cada eixo do guia responde a uma regularidade identificada no campo: a ampliação teórica enfrenta o reducionismo biologizante; a metodologia de participação protegida responde ao medo e à autocensura; as atividades sobre linguagem, gênero e cultura digital enfrentam discursos de normalização; a formação docente e o plano 30–60–90 dias respondem à dependência de ações individuais e episódicas.



LEITURA PARA A EQUIPE

Ao utilizar o guia, a escola pode iniciar pela pergunta: qual desses sete achados aparece com maior força em nosso contexto?

A resposta ajuda a selecionar atividades, prioridades formativas e indicadores de acompanhamento.

1.2 Matriz de coerência: Evidência, decisão e acompanhamento

Como a pesquisa se transforma em desenho pedagógico

Achado da pesquisa	Decisão pedagógica	Princípio de resposta	Onde aparece no guia	Evidência possível
Predomínio biologizante	Ampliar a compreensão da sexualidade	Integração entre ciência, afetividade, ética, direitos e cultura	Atividades 1, 3, 8 e 9	Definições e argumentos mais complexos
Fragilidade da formação docente	Construir repertório conceitual comum	Formação, planejamento compartilhado e registro reflexivo	Cap. 8 e instrumentos 9.1/9.2	Docentes justificam escolhas de mediação
Tema presente, mas episódico	Passar da reação ao planejamento	Inserção transversal e sequência de continuidade	Cap. 7 e plano 30–60–90	Ações aparecem em mais de um componente e momento
Medo, vergonha e autocensura	Proteger a participação	Anonimato, casos fictícios e múltiplas formas de expressão	Atividades 1 e 2	Aumento de perguntas e participação sem exposição



Piadas, apelidos e preconceitos	Interromper naturalizações	Análise de linguagem, responsabilização e convivência	Atividades 5 e 6	Estudantes reconhecem efeitos e propõem respostas
Normas rígidas de gênero	Problematizar padrões	Desnaturalização, historicização e análise de efeitos	Atividade 5	Reescrita de discursos e argumentos não estereotipados
Exposição nas redes sociais	Fortalecer cidadania digital	Consentimento, privacidade, alcance e reparação	Atividade 7	Critérios éticos antes de publicar/encaminhar

COERÊNCIA DO PRODUTO

A matriz não deve ser lida como relação mecânica de causa e efeito. Ela funciona como mapa de coerência entre evidências, escolhas pedagógicas e formas de acompanhamento, preservando o caráter contextual e interpretativo da prática educativa.



2 Como usar este guia

Flexível, interdisciplinar, formativo e institucional

Arquitetura do guia: quatro dimensões integradas

A robustez do trabalho depende da articulação entre fundamento, método, prática e institucionalização.

01 DIMENSÃO TEÓRICA

Lentes para compreender adolescências, sexualidades, gênero, discursos, normalização, diversidade e direitos.

02 DIMENSÃO METODOLÓGICA

Critérios de planejamento, mediação, escuta, proteção da participação, avaliação e encaminhamento.

03 APLICAÇÃO PRÁTICA

Atividades, sequências, estudos de caso, roteiros de fala e instrumentos adaptáveis ao cotidiano escolar.

04 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Formação docente, pactos coletivos, fluxos, indicadores e plano 30–60–90 dias para dar continuidade.

Esquema 2 – Arquitetura do guia em quatro dimensões integradas.

O guia pode ser utilizado como material de estudo individual, como apoio à formação continuada, como repertório de planejamento com estudantes ou como instrumento de organização institucional. As atividades não constituem uma sequência obrigatória; podem ser selecionadas, adaptadas, combinadas e aprofundadas conforme faixa etária, currículo, características da turma e necessidades observadas no cotidiano escolar.

A articulação com a Base Nacional Comum Curricular é apresentada principalmente por meio das Competências Gerais, pois o trabalho com sexualidade assume caráter transversal e se materializa de formas diferentes entre etapas, componentes curriculares e currículos locais. Quando necessário, cada escola deve relacionar as propostas aos códigos de habilidades específicos de sua rede.



Quatro maneiras de começar

- Começar por um problema real do cotidiano escolar, escolhendo o capítulo ou atividade que oferece critérios para compreendê-lo e mediá-lo.
- Começar por uma formação da equipe, utilizando os capítulos teóricos e metodológicos antes de aplicar atividades com estudantes.
- Começar por uma atividade-piloto de baixo risco de exposição, como Cartografia de sentidos ou Caixa anônima, registrando evidências e ajustando o percurso.
- Começar pelo plano institucional de 30–60–90 dias quando a escola deseja reduzir a dependência de iniciativas individuais e construir continuidade.

ANTES DE APLICAR QUALQUER PROPOSTA

Defina a finalidade pedagógica; revise fontes e conceitos; conheça as orientações da rede; antecipe sensibilidades; planeje participação sem exposição; explicita regras de convivência; defina como responder a perguntas inesperadas; conheça os fluxos de proteção e encaminhamento.

FOCO	PREPARAÇÃO	MEDIAÇÃO	EVIDÊNCIA	ADAPTAÇÃO
aprendizagem central	o que preparar	cuidados na condução	o que observar	como adaptar



3 Princípios orientadores

Doze critérios para uma educação sexual crítica, ética e democrática

1 RECONHECER A SEXUALIDADE COMO DIMENSÃO HUMANA COMPLEXA

Articular dimensões biológicas, históricas, sociais, culturais, afetivas, éticas e políticas, evitando reducionismos.

2 NÃO CONFUNDIR SILÊNCIO COM NEUTRALIDADE

O que não é trabalhado pedagogicamente continua circulando por piadas, redes sociais, julgamentos, rumores e desigualdades.

3 PRESERVAR A INTIMIDADE

Nenhum/a estudante deve ser pressionado/a a revelar experiências, identidade, orientação, relações familiares ou vivências íntimas.

4 PROBLEMATIZAR NORMAS E NÃO PESSOAS

O foco recai sobre discursos, estereótipos, práticas e seus efeitos, e não sobre a exposição ou classificação de indivíduos.



5 TRABALHAR COM CONHECIMENTO CIENTÍFICO E LINGUAGEM ADEQUADA

Diferenciar evidências, opiniões, crenças e desinformação, respeitando etapa de ensino, currículo e contexto.

6 VALORIZAR DIÁLOGO, PARTICIPAÇÃO E ESCUTA

Combinar fala, escrita, anonimato, análise de casos, pequenos grupos, produções coletivas e outras formas de participação.

7 INTERVIR DIANTE DE DISCRIMINAÇÕES

Piadas, apelidos e exclusões não devem ser naturalizados como brincadeiras; precisam de intervenção pedagógica e responsabilização.

8 ARTICULAR ESCOLA, CURRÍCULO E GESTÃO

A responsabilidade não pode depender apenas de iniciativas individuais; precisa integrar planejamento, formação e decisões coletivas.

9 RECONHECER ESTUDANTES COMO SUJEITOS/AS DE SABER E DIREITOS

Perguntas juvenis são ponto de partida para conhecimento, autonomia, responsabilidade e cidadania.

10 AVALIAR PROCESSOS, NÃO INTIMIDADES

Avaliar argumentação, reflexão, leitura crítica, produção de conhecimento e atitudes de convivência — nunca experiências pessoais.



11 DISTINGUIR MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DE INVESTIGAÇÃO DE CASOS

Diante de relato sensível, acolher e encaminhar conforme protocolos; não transformar a aula em interrogatório ou apuração.

12 PLANEJAR CONTINUIDADE

Uma boa atividade não termina no último minuto da aula: síntese, registro, retomada de dúvidas e continuidade fazem parte da mediação.



4 Dimensão teórica

Conceitos para sustentar decisões pedagógicas

Arquitetura da mediação pedagógica

Cinco movimentos que organizam a intervenção sem transformar a aula em exposição da intimidade.



Esquema 3 – Arquitetura da mediação pedagógica.

A dimensão teórica sintetiza conceitos mobilizados na dissertação e os converte em lentes de leitura do cotidiano escolar. A finalidade não é transformar cada aula em exposição conceitual, mas ampliar a capacidade do/a educador/a de reconhecer como determinadas falas ganham autoridade, como normas se tornam naturalizadas, como silêncios são produzidos e como podem emergir deslocamentos e resistências.



A teoria opera, portanto, como instrumento de planejamento e mediação. Ao ouvir uma piada, uma generalização ou uma pergunta, o/a professor/a precisa decidir o que está em jogo: uma dúvida factual? uma crença? um estereótipo? um julgamento moral? uma forma de exclusão? um pedido de ajuda? Cada tipo de situação exige uma resposta pedagógica distinta.

CHAVE DE LEITURA

Pergunte: que ideia de corpo, adolescência, gênero, normalidade, respeito ou responsabilidade está sendo produzida? Quem pode falar? Quem é silenciado? Quais efeitos essa forma de falar produz? Que intervenção amplia conhecimento e dignidade sem expor pessoas?

4.1 Adolescências e sexualidades como construções socioculturais

Superar a ideia de experiências universais e homogêneas

A adolescência não deve ser compreendida apenas como etapa biológica universal. Em diálogo com Philippe Ariès e com a literatura mobilizada pela pesquisa, é possível reconhecê-la como construção histórica e social, cujos sentidos se transformam conforme cultura, época, instituições, território e modos de vida. Falar em adolescências, no plural, ajuda a evitar a expectativa de que todos/as vivenciem mudanças, conflitos, afetos e pertencimentos da mesma maneira.



A sexualidade também ultrapassa reprodução e prevenção de riscos. Participa da forma como sujeitos/as compreendem corpos, afetos, identidades, limites, desejos, valores, relações e modos de existir. Quando a escola restringe a abordagem à anatomia, gravidez ou infecções, perde a oportunidade de discutir dimensões que já atravessam a convivência, a cultura digital e as relações de poder.

PARA O PLANEJAMENTO

Antes de explicar, investigue os sentidos
que circulam na turma. Mapear palavras, dúvidas e
associações permite transformar experiências sociais
em problemas pedagógicos sem
exigir relatos íntimos.

Perguntas de estudo para a equipe

- Que concepção de adolescência aparece em nossas regras e falas escolares?
- Quais dimensões da sexualidade costumam receber atenção e quais permanecem ausentes?
- Quais temas só aparecem quando surge um conflito?
- Como articular cuidado, ciência, direitos e afetividade sem perder rigor pedagógico?



RISCO DE REDUCIONISMO

Tratar adolescência como “fase naturalmente problemática” ou sexualidade como sinônimo de reprodução tende a apagar diferenças históricas, sociais e subjetivas e a estreitar o repertório de intervenção docente.

4.2 Gênero, normas e subjetividades

Observar como expectativas sociais produzem modos de ser

Judith Butler e Guacira Lopes Louro contribuem para compreender gênero como campo de normas, expectativas e repetições sociais, e não apenas como atributo individual. Na escola, essas normas aparecem em comentários sobre aparência, formas de vestir, modos de falar, esportes, afetos, comportamentos considerados “de menino” ou “de menina” e julgamentos sobre o que seria adequado para cada pessoa.

A pesquisa mostrou que piadas, apelidos e comentários aparentemente cotidianos podem funcionar como mecanismos de vigilância e normalização. Quando um/a estudante modifica seu comportamento para evitar ridicularização, a escola ensina, ainda que informalmente, quais expressões serão aceitas e quais poderão ser socialmente punidas.



MOVIMENTO PEDAGÓGICO

Em vez de perguntar “quem está certo?”, investigue a regra social: de onde ela vem? quem favorece? quem constrange? que exemplos a contradizem? que outras formas de convivência são possíveis?

Exemplo de intervenção breve

Situação: alguém diz “isso é coisa de menina” ou “homem de verdade não faz isso”. Intervenção: suspenda a frase como objeto de análise; pergunte de onde vem essa expectativa, quais situações mostram que ela não é uma regra natural e que efeitos produz sobre quem não se encaixa no padrão. O foco se desloca da pessoa para a norma.

CRITÉRIO DE QUALIDADE

Uma mediação consistente evita tanto a naturalização do estereótipo quanto a exposição de colegas. O objetivo é produzir leitura crítica e ampliar possibilidades de participação.

4.3 Poder, discurso, normalização e resistência

Ler a escola como espaço de regulação e transformação

Na perspectiva foucaultiana, o poder não atua apenas pela proibição. Ele circula em práticas, discursos, classificações, rotinas, saberes e modos de nomear. A escola participa desse processo quando define condutas adequadas,



seleciona o que pode ser dito, legitima determinados conhecimentos e inter-vém sobre corpos e comportamentos.

Normalização é o processo pelo qual certos modos de ser passam a funcionar como medida do que é considerado “normal”, “correto” ou “aceitável”. Isso não significa que as normas sejam absolutas. Onde existem relações de poder, também emergem resistências: perguntas, recusas, solidariedades, re-visões de posição, defesa de colegas, reivindicação de espaços de fala e novas formas de interpretar a realidade.

LEITURA FOUCAULTIANA NA PRÁTICA

O objetivo da mediação não é descobrir uma “verdade íntima” sobre o/a estudante, mas analisar discursos em circulação, seus efeitos e as possibilidades de produzir outras formas de convivência.

Quatro perguntas de análise do discurso

- Quem fala e a partir de que lugar de autoridade?
- Que palavras ou classificações aparecem como evidentes ou naturais?
- Quais sujeitos são autorizados, corrigidos, silenciados ou ridicularizados?
- Que outros modos de falar e agir podem ser construídos pedagogicamente?



4.4 Diversidade, direitos humanos e escola

Do respeito abstrato ao reconhecimento concreto das diferenças

A educação em direitos humanos, em diálogo com Vera Maria Candau e com a produção mobilizada na dissertação, convida a escola a articular igualdade de dignidade e reconhecimento das diferenças. O princípio do respeito não pode permanecer como frase genérica; precisa orientar decisões curriculares, linguagem, intervenção diante de discriminações e condições de participação.

Reconhecer diversidade não significa exigir que todos/as pensem da mesma forma. Significa estabelecer um patamar ético e pedagógico: nenhuma diferença pode justificar humilhação, violência, exclusão, constrangimento ou impedimento do direito de aprender e participar.

Indicadores de um ambiente mais acolhedor

- Adultos/as interrompem comentários discriminatórios e explicam por que são problemáticos.
- Estudantes dispõem de canais de escuta que preservam privacidade.
- A equipe não exige exposição de identidade ou experiência pessoal para “comprovar” uma situação.
- Projetos e materiais apresentam diferentes formas de viver, aprender, conviver e construir identidades.
- Conflitos são transformados em oportunidades de reflexão e responsabilização, e não apenas em punição.



TRÊS PERGUNTAS PARA A ESCOLA

Quem se sente autorizado/a a falar? Quem precisa se proteger para participar? Que práticas concretas podem ampliar segurança, pertencimento e dignidade?

4.5 Consentimento, afetividade e cultura digital

Limites, cuidado, privacidade e responsabilidade nas relações

Os resultados da pesquisa indicaram a necessidade de ampliar a educação sexual para temas próximos da experiência juvenil, entre eles afetividade, consentimento, respeito aos limites e exposição nas redes sociais. Esses conteúdos podem ser trabalhados em linguagem pedagógica e adequada à idade, sem solicitar relatos pessoais.

Consentimento pode ser abordado como princípio de convivência: respeitar limites, reconhecer o direito de dizer não, não pressionar, não expor, não compartilhar imagens ou informações de outras pessoas sem autorização e compreender que silêncio, medo ou constrangimento não equivalem a concordância.

Na cultura digital, o trabalho escolar pode analisar criticamente circulação de imagens, comentários, rumores, prints, montagens e julgamentos coletivos. O foco deve estar na ética da comunicação, na privacidade, no alcance das publicações, na permanência dos registros e na responsabilidade diante da exposição de terceiros.



ABORDAGEM SEGURA

Use situações hipotéticas, narrativas curtas, notícias adaptadas ou personagens fictícios. Evite perguntas que peçam aos/às estudantes que revelem experiências íntimas, relacionamentos, senhas, conversas ou episódios pessoais.

Quatro critérios antes de publicar ou encaminhar

- Tenho autorização?
- Pode causar dano, constrangimento ou perda de controle sobre a informação?
- O conteúdo expõe alguém que não escolheu participar?
- Se algo der errado, existe possibilidade real de reparação?

4.6 Currículo, interdisciplinaridade e intencionalidade pedagógica

Do tema transversal à decisão curricular consciente

A transversalidade não deve ser confundida com ausência de responsabilidade. Quando um tema “é de todos”, existe o risco de tornar-se “de ninguém”. Por isso, o guia propõe que cada escola identifique quais componentes curriculares podem contribuir com conhecimentos específicos e quais aprendizagens dependem de ações interdisciplinares e institucionais.

Ciências e Biologia podem qualificar conceitos sobre corpo, saúde e fontes científicas; Língua Portuguesa pode problematizar linguagem, argumentação, memes e generalizações; História, Sociologia e Filosofia podem



historicizar normas, direitos e relações de poder; Cultura Digital pode trabalhar privacidade, circulação de imagens e verificação de informações; Projeto de Vida e ações de convivência podem discutir cuidado, tomada de decisão e pertencimento.

O ponto de encontro entre os componentes não é a repetição do mesmo conteúdo, mas a construção de um problema comum. Um mesmo caso sobre exposição digital, por exemplo, pode mobilizar ciência, ética, linguagem, direitos, relações de poder e responsabilidade. A interdisciplinaridade torna-se, assim, uma forma de qualificar o olhar, e não apenas de reunir disciplinas em um evento.

PERGUNTA CURRICULAR

Que contribuição específica meu componente pode oferecer para que o/a estudante compreenda melhor o problema, argumente com mais rigor e aja com mais responsabilidade?

PLANEJAMENTO COLETIVO MÍNIMO

Definam: objetivo comum; contribuição de cada componente; linguagem compartilhada; limites de exposição; evidências de aprendizagem; e procedimentos para situações que ultrapassem o campo pedagógico.



5 Dimensão metodológica

Planejar condições para que o diálogo seja pedagógico e seguro

As estratégias metodológicas respondem diretamente aos desafios identificados na pesquisa: insegurança docente, medo de exposição, abordagem reativa, dependência de iniciativas individuais e necessidade de participação mais segura. Por isso, o guia combina planejamento, pacto de convivência, perguntas anônimas, situações-problema, roda de conversa estruturada, análise de discursos, trabalho em pequenos grupos e avaliação formativa.

Aquanto mais sensível o tema, mais importante é estruturar a mediação. Não basta “abrir para falar”. É preciso definir objetivos, regras, limites, formas de participação, critérios de intervenção e procedimentos para lidar com situações que ultrapassem o campo pedagógico.

PRINCÍPIO METODOLÓGICO

Diálogo não é ausência de direção. O/a professor/a organiza condições de participação, protege a intimidade, explicita critérios, interrompe humilhações, diferencia opinião de evidência e conduz a turma a uma síntese formativa?

Cinco decisões antes de escolher uma estratégia

- Que aprendizagem quero produzir?
- Qual grau de exposição essa atividade pode gerar?



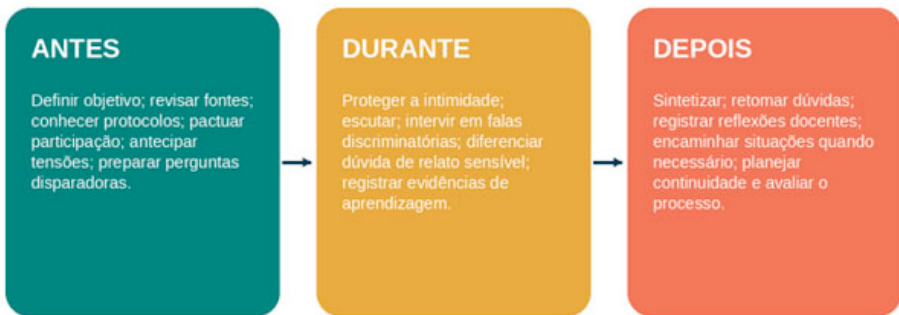
- Que forma de participação permite mais segurança?
- Que tipo de fala ou conflito pode emergir?
- Como vou encerrar a atividade e registrar evidências?

5.1 Planejamento em três tempos

Antes, durante e depois: transformar intenção em método

Planejamento em três tempos: antes, durante e depois

Temas sensíveis exigem previsão pedagógica; improvisação não é sinônimo de diálogo.



Esquema 4 – Planejamento pedagógico em três tempos.

Antes

- Defina uma finalidade de aprendizagem clara e verificável.
- Revise conceitos, dados e fontes.
- Conheça protocolos e fluxos institucionais.
- Prepare formas de participação que não exijam exposição.
- Antecipe termos ofensivos, tensões e perguntas possíveis.



Durante

- Relembre o pacto de convivência.
- Transforme falas em objetos de análise, sem personalizar conflitos.
- Diferencie dúvida, opinião, estereótipo, desinformação e relato sensível.
- Interrompa humilhações e preserve quem estiver em situação de vulnerabilidade.
- Produza sínteses parciais para que o diálogo não se disperse.

Depois

- Retome perguntas que ficaram sem resposta.
- Registre o que funcionou e o que precisa ser revisto.
- Acompanhe situações encaminhadas pelos fluxos apropriados.
- Planeje a continuidade curricular.
- Avalie evidências de aprendizagem e convivência.

5.2 Preparando condições de diálogo

Intencionalidade, pactos e proteção da participação

Antes de iniciar, explicita o objetivo pedagógico e diferencie espaço de aprendizagem de espaço de confissão. Os/as estudantes podem discutir ideias, situações e problemas sem revelar vivências pessoais. Essa distinção reduz medo, vergonha e autocensura e permite que o foco permaneça na aprendizagem.



Pacto de convivência sugerido

- Escutar sem interromper e sem ridicularizar.
- Discordar de ideias sem atacar pessoas.
- Não exigir que ninguém conte experiências pessoais.
- Evitar piadas, apelidos e comentários sobre corpos ou identidades.
- Não compartilhar fora da atividade relatos pessoais eventualmente trazidos por colegas.
- Perguntar com respeito; quando necessário, utilizar a caixa anônima.
- Reconhecer que dúvidas fazem parte da aprendizagem.
- Permitir que o/a professor/a interrompa falas que produzam humilhação ou discriminação.

COMBINADO ESSENCIAL

“Aqui discutiremos ideias, direitos, relações e situações sociais.
Ninguém precisa falar sobre a própria vida para participar.”

Preparação do/a professor/a

- Revise conceitos e fontes antes da aula.
- Mapeie tensões culturais e institucionais possíveis.
- Defina o que pode responder e o que precisará pesquisar ou encaminhar.



- Prepare uma frase para perguntas inesperadas: “não tenho segurança para responder agora; vou verificar uma fonte adequada e retomamos”.
- Conheça os protocolos da escola para situações de violência, risco e necessidade de proteção.

5.3 Estratégias de mediação

Diversificar a participação e transformar falas em objetos de reflexão

Estratégia	Uso pedagógico
Perguntas anônimas	Caixa física ou formulário sem identificação. Reduz exposição e permite mapear dúvidas antes de responder.
Roda estruturada	Pergunta disparadora, regras claras, tempo de fala e síntese final. Evite roda totalmente aberta sem mediação.
Situação-problema	Personagens e conflitos fictícios permitem discutir critérios sem pedir relatos pessoais.
Análise de linguagem	Frases, memes, propagandas e expressões comuns tornam-se objetos para identificar estereótipos e efeitos.
Pequenos grupos	Favorecem participação de quem não fala em plenária e permitem registro coletivo.
Produção de manifesto/campanha	Transforma reflexão em ação: carta de princípios, cartaz, podcast, protocolo de convivência ou guia de linguagem.
Diário reflexivo	Registra o que foi aprendido, que ideia foi revisada e que dúvida permanece, sem solicitar confissões.
Debate por critérios	Grupos precisam justificar posições com fontes, direitos, consequências e respeito, e não com ataques pessoais.



Cinco tipos de resposta docente

Tipo de resposta	Quando usar	Exemplo de movimento
Informar	Quando a questão é factual e há fonte segura.	Apresentar conceito, dado ou referência e checar compreensão.
Problematizar	Quando há estereótipo, generalização ou norma naturalizada.	Perguntar de onde vem a ideia, quem afeta e que evidências a sustentam.
Acolher	Quando emerge sofrimento ou revelação sensível.	Ouvir, preservar a pessoa e retirar o caso do debate público.
Encaminhar	Quando a situação ultrapassa a competência pedagógica ou ativa protocolo.	Acionar gestão/rede competente conforme fluxo institucional.
Adiar para verificar	Quando o/a professor/a não tem segurança para responder.	Reconhecer o limite, consultar fonte adequada e retomar depois.

5.4 Situações sensíveis, acolhimento e encaminhamento

Responder sem investigar, expor ou prometer o que não se pode garantir

Temas de sexualidade podem fazer emergir relatos de violência, exposição, sofrimento, discriminação ou risco. O papel pedagógico é acolher com respeito, preservar a pessoa e seguir os protocolos institucionais e a rede de proteção aplicáveis. O/a professor/a não deve transformar a aula em investigação do caso nem solicitar detalhes desnecessários.



Rota de acolhimento diante de uma situação sensível

Fluxo geral de cuidado pedagógico. Deve ser adaptado aos protocolos oficiais da rede e da escola.



Esquema 5 – Rota geral de acolhimento pedagógico. Adequar aos protocolos oficiais da rede.

Frases de acolhimento possíveis

- “Obrigado/a por confiar em mim. Vou tratar isso com seriedade e respeito.”
- “Você não precisa contar detalhes aqui na frente da turma.”
- “Vou buscar o encaminhamento adequado com a equipe responsável.”
- “Não vou fazer promessas que eu não possa cumprir, mas não vou ignorar o que você trouxe.”

Evite

- Questionar a veracidade de imediato ou responsabilizar a pessoa pelo ocorrido.
- Exigir relato público, detalhado ou repetido sem necessidade.
- Compartilhar a situação com pessoas que não participam do fluxo institucional.
- Prometer sigilo absoluto quando a situação puder exigir acionamento de proteção.
- Transformar o episódio em debate público na turma.



5.5 Avaliação formativa

Observar aprendizagem, argumentação e convivência — não intimidades

A avaliação deve incidir sobre o processo de aprendizagem. Em vez de perguntar “o que você viveu?”, observe se o/a estudante consegue analisar uma situação, reconhecer estereótipos, argumentar com base em critérios, diferenciar evidência de opinião, identificar efeitos de discriminação e propor formas de convivência respeitosa.

Cinco eixos de evidência

- Ampliação conceitual: compreende sexualidade para além da dimensão biológica.
- Qualidade da argumentação: apresenta razões, exemplos, fontes e contrapontos sem atacar pessoas.
- Leitura crítica: identifica normas, estereótipos, preconceitos e efeitos de poder.
- Ação ética: propõe respostas que preservem dignidade, privacidade, direitos e convivência.
- Transferência: aplica critérios aprendidos a novas situações, inclusive em cultura digital.



TÉCNICA 3-2-1

Ao final: 3 ideias que aprendi ou ampliei; 2 atitudes que favorecem um ambiente respeitoso; 1 dúvida que ainda permanece. A dúvida pode ser entregue anonimamente.

O QUE NÃO AVALIAR

Identidade, orientação, experiências íntimas, relacionamento, vida familiar, história sexual ou qualquer informação pessoal que o/a estudante não precise revelar para demonstrar aprendizagem.



6 Aplicação prática

Dez propostas prontas, adaptáveis e articuladas aos achados da pesquisa

As atividades a seguir respondem às regularidades identificadas na pesquisa e podem ser desenvolvidas por professores/as de Ciências, Biologia, Língua Portuguesa, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Projeto de Vida, Cultura Digital ou de forma interdisciplinar. A linguagem, a duração, os exemplos e a profundidade devem ser ajustados à etapa de ensino e ao currículo da rede.

#	Proposta	Eixo central	Competências gerais BNCC
1	Cartografia de sentidos	Concepções, silêncios e amplitude do conceito	2, 4, 7, 9
2	Caixa anônima	Segurança para perguntar e qualidade das respostas	4, 7, 8, 9
3	Corpo, adolescência e pluralidade	Biologização, variação e padrões sociais	1, 2, 8, 9
4	Linha do respeito	Consentimento, limites e convivência	7, 8, 9, 10
5	Estereótipos em cena	Normas de gênero e efeitos sociais	2, 7, 9, 10
6	Quando a “brincadeira” machuca	Bullying, humilhação e intervenção	7, 9, 10
7	Redes, imagens e privacidade	Cultura digital, ética e consentimento	5, 7, 9, 10
8	Mitos e regimes de verdade	Desinformação, evidência e discurso	1, 2, 7
9	Afetos e relações respeitadas	Cuidado, autonomia e reciprocidade	8, 9, 10
10	Escola que acolhe	Ação coletiva, planejamento e PPP	4, 7, 9, 10



COMO SELECIONAR

Comece pelo objetivo, e não pelo tema.

Pergunte qual aprendizagem está faltando no contexto: ampliar conceitos? qualificar perguntas? enfrentar estereótipos? trabalhar limites? responder a humilhações? desenvolver cidadania digital? construir ação institucional?

6.1 Cartografia de sentidos

Quando a escola fala em sexualidade, do que está falando?

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
8º/9º ano do EF e Ensino Médio	50–60 min	2, 4, 7 e 9	Concepções e silêncios

Objetivos de aprendizagem

- Mapear sentidos atribuídos à sexualidade sem exigir exposição pessoal.
- Perceber dimensões que aparecem espontaneamente e dimensões silenciadas.
- Ampliar o conceito para aspectos biológicos, sociais, culturais, afetivos, éticos e de direitos.



Preparação do/a professor/a

- Prepare cartões/post-its ou formulário sem identificação.
- Defina previamente categorias de apoio, mas só as apresente se a turma tiver dificuldade de agrupar os termos.
- Combine que palavras ofensivas serão analisadas como linguagem, sem tentativa de identificar autoria.

Desenvolvimento

1. Apresente a pergunta: “Quando a palavra sexualidade aparece na escola, que ideias costumam ser associadas a ela?”
2. Cada estudante registra de uma a três palavras sem nome.
3. Organize as respostas por proximidade de sentidos no quadro.
4. Construa categorias com a turma: corpo/biologia; saúde; afetos; relações; gênero; identidade; direitos; convivência; redes; dúvidas/tabus.
5. Compare categorias mais cheias e menos presentes. Pergunte o que isso revela sobre como aprendemos a falar do tema.
6. Finalize com uma definição coletiva ampliada de educação sexual.

PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

Quais dimensões quase não apareceram?

- O que costuma ser tratado como “assunto de Ciências” e o que fica de fora?
- Que palavras ajudam a conversar sem reduzir ou julgar?



MEDIAÇÃO: ATENÇÃO ESPECIAL

Não peça justificativas pessoais para palavras sensíveis.

Se surgir termo ofensivo, problematize seu uso,
origem e efeito sem expor
quem escreveu.

EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Produção de uma definição coletiva ampliada
em 3–5 linhas, comparável a
uma definição inicial.

ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Em formação docente, faça o mapa antes de
apresentar os achados da pesquisa e
compare percepções da equipe
com as sete regularidades.

EXTENSÃO POSSÍVEL

Fotografe o mapa final ou
transcreva as categorias para
retomar ao término de
uma sequência didática.



6.2 Caixa anônima: Dúvidas sem exposição

Perguntar com segurança também é aprender

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
Anos finais do EF e Ensino Médio	2 momentos de 30–50 min	4, 7, 8 e 9	Escuta e rigor

Objetivos de aprendizagem

- Criar canal seguro para dúvidas.
- Diferenciar perguntas pedagógicas de relatos que exigem acolhimento individual.
- Modelar respostas baseadas em ciência, direitos e respeito.

Preparação do/a professor/a

- Use caixa opaca, envelopes ou formulário sem coleta de identificação.
- Explique quais perguntas não serão lidas publicamente: ataques a colegas, tentativa de identificar pessoas ou relatos sensíveis.
- Reserve tempo entre a coleta e a resposta para revisar fontes e classificar as perguntas.

Desenvolvimento

1. Apresente o pacto de anonimato e não exposição.
2. Recolha perguntas ao final de uma aula ou ao longo de alguns dias.
3. Organize as perguntas por temas e classifique: posso responder agora /



preciso verificar fonte / precisa de acolhimento individual.

4. Na aula seguinte, responda por blocos, mostrando como distinguir informação confiável de opinião ou desinformação.

5. Crie a categoria “não sei ainda” e modele a atitude de pesquisar antes de responder.

6. Finalize pedindo critérios para reconhecer uma resposta de qualidade.

PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

Que tipo de fonte é adequada para esta dúvida? • Esta pergunta pede informação ou julgamento sobre alguém? • Como responder sem constranger quem perguntou?

MEDIAÇÃO: ATENÇÃO ESPECIAL

Se um cartão contiver indício de risco, violência ou exposição pessoal, não transforme o conteúdo em debate coletivo. Preserve o material conforme procedimentos institucionais e acione o fluxo adequado.

EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Registro coletivo de critérios para uma resposta confiável: fonte, evidência, linguagem adequada, respeito e ausência de julgamento.



ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Pode se tornar recurso permanente da turma, com devolutivas quinzenais ou mensais.

EXTENSÃO POSSÍVEL

Crie um mural “perguntas que exigem pesquisa” para acompanhar dúvidas que serão retomadas depois.

6.3 Corpo, adolescência e pluralidade

Mudanças, ritmos e expectativas

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
8º/9º ano do EF e Ensino Médio	50–60 min	1, 2, 8 e 9	Variação e padrões

Objetivos de aprendizagem

- Reconhecer que mudanças corporais e experiências adolescentes não ocorrem de forma idêntica.
- Problematicar comparações, padrões estéticos e expectativas sociais.
- Articular conhecimento biológico a dimensões sociais e afetivas.



Preparação do/a professor/a

- Prepare cartões com situações fictícias sobre ritmos de crescimento, aparência e comentários de colegas.
- Evite exemplos que possam ser associados diretamente a estudantes da turma.
- Revise previamente o conteúdo científico que será mobilizado para distinguir variação humana de julgamento social.

Desenvolvimento

1. Divida a turma em pequenos grupos e entregue uma situação fictícia.
2. Peça que identifiquem: o que é informação? o que é expectativa social? o que pode causar constrangimento?
3. Cada grupo propõe uma resposta respeitosa para a situação.
4. Construa uma síntese distinguindo mudanças corporais, diversidade de ritmos e padrões sociais de aparência.
5. Discuta como comentários sobre corpo afetam pertencimento e participação escolar.
6. Produza um “guia de linguagem respeitosa” da turma.

PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

O que sabemos por evidência e o que estamos supondo?

- Uma diferença corporal precisa ser explicada ou justificada?
 - Como comentar sem transformar o corpo do outro em objeto público?



MEDIAÇÃO: ATENÇÃO ESPECIAL

Não compare corpos reais da turma, não peça medidas, relatos de puberdade ou características físicas pessoais.

EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Análise escrita de um caso fictício distinguindo informação, julgamento, efeito e resposta respeitosa.

ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Em Ciências/Biologia, conecte a mudanças corporais e desenvolvimento sem reduzir toda a discussão à reprodução.

EXTENSÃO POSSÍVEL

Use as frases do “guia de linguagem respeitosa” em ações de convivência escolar.

6.4 Linha do respeito: Consentimento e limites Consentimento como princípio de convivência

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
Anos finais do EF e Ensino Médio	50–60 min	7, 8, 9 e 10	Limites e autonomia



Objetivos de aprendizagem

- Compreender consentimento como princípio de respeito a limites.
- Identificar pressão, constrangimento e exposição como problemas éticos.
- Construir respostas que preservem autonomia e dignidade.

Preparação do/a professor/a

- Prepare cartões com situações cotidianas e fictícias, não apenas de namoro: uso de celular, fotos, objetos, brincadeiras, segredos e contato físico.
- Defina três categorias visuais: respeita limites / precisa conversar / ultrapassa limites.
- Antecipe que a mesma situação pode exigir análise de contexto; o objetivo é justificar critérios, não decorar respostas.

Desenvolvimento

1. Apresente as três categorias e uma situação-modelo.
2. Em grupos, classifiquem situações e registrem justificativas.
3. Peça que cada grupo apresente um caso em que houve divergência.
4. Construa princípios comuns: perguntar, ouvir a resposta, respeitar mudança de decisão, não pressionar e preservar privacidade.
5. Treine frases para dizer “não”, ouvir “não” e reparar uma atitude inadequada.
6. Finalize com cinco princípios de convivência.



PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

Como sabemos que alguém está confortável com a situação?

- O que muda quando há pressão, medo ou constrangimento?
 - Como reparar quando ultrapassamos um limite?

MEDIAÇÃO: ATENÇÃO ESPECIAL

Use exemplos cotidianos e não peça relatos de experiências íntimas. Se surgirem revelações pessoais, acolha fora da dinâmica pública.

EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Produção argumentada de cinco princípios de convivência baseados em consentimento e respeito.

ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Articule com Cultura Digital, Educação Física, Projeto de Vida e Língua Portuguesa.

EXTENSÃO POSSÍVEL

Crie cartões de “frases de reparação” para trabalhar responsabilização, pedido de desculpas e mudança de conduta.



6.5 Estereótipos em cena

Quem disse que “menino é assim” e “menina é assado”?

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
Anos finais do EF e Ensino Médio	50–60 min	2, 7, 9 e 10	Normas de gênero

Objetivos de aprendizagem

- Identificar estereótipos e normas de gênero.
- Analisar efeitos dessas expectativas sobre escolhas e relações.
- Desnaturalizar padrões rígidos sem expor estudantes.

Preparação do/a professor/a

- Selecione frases socialmente comuns, evitando insultos diretos a grupos da escola.
- Inclua exemplos ligados a aparência, esportes, emoções, profissões e participação em sala.
- Prepare contraexemplos históricos, culturais ou cotidianos que mostrem a variabilidade das expectativas.

Desenvolvimento

1. Apresente uma frase por cartão, sem atribuí-la a pessoas da turma.
2. Grupos respondem: que expectativa aparece? quem é limitado por ela? que exemplos mostram que não é regra natural?



3. Cada grupo reescreve a frase de forma não estereotipada.
4. Em plenária, diferencie preferência individual de regra social que prescreve como alguém “deve” ser.
5. Relacione as frases a oportunidades de aprender, participar e se expressar.
6. Construa um painel de linguagem não estereotipada.

PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

Quem ganha e quem perde liberdade com essa expectativa?

- A frase descreve ou prescreve comportamento?
- Que outras possibilidades ela invisibiliza?

MEDIAÇÃO:

ATENÇÃO ESPECIAL

Evite transformar a atividade em disputa sobre a identidade de colegas. O objeto de análise é o discurso e seus efeitos.

EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Reescrita argumentada de três estereótipos, explicando que mudança foi feita e por quê.



ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Em Língua Portuguesa, analise modalizadores e generalizações;
em História/Sociologia, historicize papéis sociais.

EXTENSÃO POSSÍVEL

Compare propagandas, memes ou personagens de épocas
diferentes para observar permanências e deslocamentos.

6.6 Quando a “brincadeira” machuca Piadas, apelidos, bullying e violência simbólica

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
Anos finais do EF e Ensino Médio	50–60 min	7, 9 e 10	Intervenção e convivência

Objetivos de aprendizagem

- Diferenciar humor compartilhado de práticas que humilham ou excluem.
- Reconhecer efeitos de piadas, apelidos e julgamentos.
- Planejar formas de intervenção e apoio entre pares.

Preparação do/a professor/a

- Prepare um estudo de caso fictício com sinais de impacto na participação escolar.



- Inclua diferentes papéis: alvo, autor/a, plateia, defensor/a e adulto/a responsável.
- Planeje como redirecionar se a turma tentar citar casos reais ou nomes.

Desenvolvimento

1. Apresente o caso e peça que identifiquem sinais de que deixou de ser “brincadeira”.
2. Mapeie efeitos sobre participação, pertencimento e segurança.
3. Distribua papéis e peça respostas possíveis para cada posição.
4. Discuta como interromper uma situação sem ampliar a exposição do alvo.
5. Construa um plano curto: o que fazer no momento / depois / para prevenir.
6. Feche com um compromisso coletivo de intervenção diante de humilhações.

PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

O fato de alguém rir significa que consentiu?

- Quem tem responsabilidade além de quem inicia a piada?
 - Como a plateia pode reduzir ou ampliar o dano?

MEDIAÇÃO: ATENÇÃO ESPECIAL

Não peça exemplos reais com nomes. Se a turma trazer um caso conhecido, redirecione para princípios gerais e trate o episódio pelos canais apropriados.



EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Plano de resposta em três tempos: interromper, acolher/reparar e prevenir.

ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Integre projetos de convivência, cultura de paz e prevenção ao bullying.

EXTENSÃO POSSÍVEL

Crie pequenos roteiros de intervenção entre pares com frases curtas e não agressivas.

6.7 Redes, imagens e privacidade

Ética e consentimento na cultura digital

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
Anos finais do EF e Ensino Médio	50–60 min	5, 7, 9 e 10	Cidadania digital

Objetivos de aprendizagem

- Analisar riscos da exposição de terceiros em ambientes digitais.
- Compreender privacidade, consentimento e responsabilidade na circulação de conteúdos.
- Construir critérios para decisões éticas online.



Preparação do/a professor/a

- Prepare situações hipotéticas: print de conversa, foto sem autorização, rumor, montagem, corrente de comentários e compartilhamento de conteúdo privado.
- Não utilize perfis ou conversas reais da turma.
- Disponha cartões verde/amarelo/vermelho ou prepare um semáforo no quadro.

Desenvolvimento

1. Apresente uma situação e aplique quatro perguntas: foi autorizado? pode causar dano? quem perde controle sobre a informação? como reparar?
2. Grupos analisam as demais situações usando os mesmos critérios.
3. Criem um semáforo digital: verde, práticas seguras; amarelo, parar e perguntar; vermelho, não compartilhar/interromper.
4. Discuta alcance, permanência e reprodução do conteúdo fora do contexto original.
5. Peça estratégias de reparação possíveis.
6. Finalize com cinco compromissos de cidadania digital.

PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

O que muda depois que um conteúdo sai do
controle de quem publicou?

- Intenção boa elimina o dano?
- Que responsabilidade tem quem apenas encaminha?



MEDIAÇÃO: ATENÇÃO ESPECIAL

Não peça que estudantes mostrem conversas, fotos, senhas ou perfis pessoais. Evite reproduzir imagens que possam constranger ou expor terceiros.

EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Infográfico com critérios de decisão antes de publicar ou encaminhar.

ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Pode ser desenvolvido em Cultura Digital, Língua Portuguesa ou projetos interdisciplinares.

EXTENSÃO POSSÍVEL

Construa uma campanha escolar de “pausa antes do encaminhar” baseada nos critérios produzidos pela turma.

6.8 Mitos, discursos e regimes de verdade

Como uma afirmação passa a parecer verdadeira?

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
Ensino Médio; adaptável ao 9º ano	50–60 min	1, 2 e 7	Evidência e discurso



Objetivos de aprendizagem

- Diferenciar evidência, opinião, crença, estereótipo e desinformação.
- Analisar quem produz e legitima discursos.
- Desenvolver critérios de checagem e argumentação.

Preparação do/a professor/a

- Selecione afirmações adequadas à idade, misturando informações verificáveis e generalizações.
- Prepare fontes confiáveis previamente selecionadas.
- Evite frases que funcionem como ataque direto a grupos presentes na escola.

Desenvolvimento

1. Apresente as afirmações e peça classificação inicial: verificável / opinião / estereótipo / precisa de fonte.
2. Grupos justificam a classificação.
3. Peça que indiquem que tipo de fonte seria adequada para verificar cada frase.
4. Compare formulações absolutas com formulações contextualizadas.
5. Discuta: quem ganha autoridade para dizer que algo é verdadeiro e que efeitos isso produz?
6. Reescreva coletivamente três afirmações de forma mais rigorosa.



PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

Que evidência seria necessária para sustentar esta afirmação?

- A frase descreve um fato ou generaliza um grupo?
 - Quem é beneficiado ou prejudicado quando isso circula como verdade?

MEDIAÇÃO: ATENÇÃO ESPECIAL

Quando a discussão envolver saúde, diferencie claramente conhecimento científico, opinião e crença sem ridicularizar pessoas.

EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Ficha de checagem com afirmação, tipo de fonte, evidência encontrada, linguagem e conclusão.

ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Excelente para Ciências, Biologia, Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa e Cultura Digital.

EXTENSÃO POSSÍVEL

Compare duas fontes sobre um mesmo tema e analise autoridade, evidência, linguagem e objetivo comunicativo.



6.9 Afetos e relações respeitosas

Cuidado, diálogo e reciprocidade

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
Anos finais do EF e Ensino Médio	50–60 min	8, 9 e 10	Relações e cuidado

Objetivos de aprendizagem

- Reconhecer características de relações respeitosas.
- Identificar sinais de controle, pressão, humilhação e isolamento.
- Valorizar comunicação, autonomia, confiança e apoio.

Preparação do/a professor/a

- Prepare situações fictícias de amizade, namoro e convivência.
- Inclua exemplos de cuidado, conflito negociável e ultrapassagem de limites.
- Evite diagnosticar ou rotular relações reais de estudantes.

Desenvolvimento

1. Apresente as categorias: fortalece a relação / merece atenção / ultrapassa limites.
2. Grupos classificam casos envolvendo ciúme, controle de senha, isolamento, apoio, respeito a limites e comunicação.
3. Peça justificativas com base em autonomia, respeito, reciprocidade e liberdade.
4. Construa uma lista de “sinais de cuidado” e “sinais de alerta”.



5. Discuta formas de pedir ajuda a adultos/as de confiança sem expor histórias da turma.
6. Produza um manifesto das relações respeitosas.

PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

Cuidado é o mesmo que controle?

- Como diferenciar preocupação de invasão de privacidade?
 - Que atitudes fortalecem autonomia e confiança?

MEDIAÇÃO: ATENÇÃO ESPECIAL

Não diagnostique relações pessoais
nem convide estudantes a comparar o caso
com a própria vida. Trabalhe critérios gerais.

EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Pequeno manifesto com princípios de relações respeitosas e
formas de pedir apoio.

ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Pode integrar Projeto de Vida, Língua Portuguesa e ações de
convivência.



EXTENSÃO POSSÍVEL

Transforme o manifesto em carta de princípios para diferentes tipos de relação: amizade, família, grupos e ambientes digitais.

6.10 Escola que acolhe: Plano coletivo

Transformar diagnóstico em ação institucional

PÚBLICO	DURAÇÃO	BNCC	FOCO
Anos finais do EF, Ensino Médio e formação docente	2 aulas de 50 min	4, 7, 9 e 10	Ação coletiva

Objetivos de aprendizagem

- Transformar diagnósticos em propostas concretas.
- Fortalecer protagonismo estudantil e responsabilidade coletiva.
- Planejar ações permanentes, não apenas respostas a conflitos.

Preparação do/a professor/a

- Prepare uma matriz com eixos: currículo, convivência, canais de escuta e formação da equipe.
- Defina previamente quais decisões podem ser tomadas pela turma e quais dependem da gestão.
- Leve exemplos de ações pequenas e viáveis para evitar planos genéricos.



Desenvolvimento

1. Pergunte: em que situações nossa escola já acolhe bem e em que situações ainda silencia ou reage apenas depois do conflito?
2. Organize as propostas nos quatro eixos.
3. Para cada proposta, defina ação, responsável institucional, prazo, recursos e evidência de acompanhamento.
4. Classifique as ações por impacto e viabilidade.
5. Selecione duas ou três prioridades para um ciclo de 90 dias.
6. Apresente à gestão e, quando pertinente, integre ao planejamento e ao Projeto Político-Pedagógico.

PERGUNTAS QUE AJUDAM A APROFUNDAR

O que depende da turma, do/a professor/a, da gestão e da rede?

- Que ação pode começar com os recursos já disponíveis?
- Como saberemos se houve mudança?

MEDIAÇÃO: ATENÇÃO ESPECIAL

Evite promessas que dependem de decisões externas. Diferencie ação da turma, ação docente, ação da gestão e ação da rede.

EVIDÊNCIA DE APRENDIZAGEM

Plano de ação com responsabilidades, prazo, recursos e indicadores claros.



ADAPTAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Em formação docente, utilize diretamente o Plano 30–60–90 dias deste guia.

EXTENSÃO POSSÍVEL

Faça uma revisão das prioridades após 30 dias e registre o que foi concluído, ajustado ou adiado.



7 Sequência didática integrada

Sexualidade, respeito e cidadania em seis encontros

A sequência ampliada articula seis atividades do guia e produz progressão: mapear sentidos → qualificar perguntas → problematizar normas → trabalhar limites → analisar cultura digital → construir ação coletiva. A equipe pode executar a versão completa ou selecionar quatro encontros essenciais, conforme carga horária e contexto.

ENCONTRO 1 – O QUE JÁ CIRCULA ENTRE NÓS?

Atividade 1 – Cartografia de sentidos

Objetivo: Mapear concepções, silêncios e construir definição ampliada.

Produto: Mapa de sentidos + síntese coletiva.

ENCONTRO 2 – PERGUNTAR COM RIGOR E SEGURANÇA

Atividade 2 – Caixa anônima

Objetivo: Transformar dúvidas em investigação, fontes e critérios de resposta.

Produto: Banco de perguntas + critérios de confiabilidade.



ENCONTRO 3 – NORMAS QUE PARECEM NATURAIS

Atividade 5 – Estereótipos em cena

Objetivo: Identificar expectativas de gênero, generalizações e efeitos.

Produto: Painel de frases reescritas.

ENCONTRO 4 – LIMITES, CONSENTIMENTO E CONVIVÊNCIA

Atividade 4 – Linha do respeito

Objetivo: Trabalhar autonomia, limites, reparação e respeito.

Produto: Princípios de convivência.

ENCONTRO 5 – RESPONSABILIDADE NAS REDES

Atividade 7 – Redes, imagens e privacidade

Objetivo: Aplicar critérios de consentimento e privacidade à cultura digital.

Produto: Semáforo digital + compromissos.

ENCONTRO 6 – DA REFLEXÃO À AÇÃO

Atividade 10 – Escola que acolhe

Objetivo: Converter aprendizagens em propostas viáveis para o cotidiano.

Produto: Plano coletivo de 90 dias.



Avaliação da sequência

- Compare a definição inicial e final de sexualidade.
- Observe qualidade da argumentação em situações-problema.
- Registre capacidade de reconhecer normas, estereótipos e efeitos.
- Avalie uso de critérios éticos em situações digitais.
- Considere participação na formulação de ações coletivas.

PORTFÓLIO POSSÍVEL

Mapa inicial + respostas a perguntas anônimas + reescrita de estereótipos + princípios de consentimento + semáforo digital + plano de ação. O portfólio documenta aprendizagem sem exigir qualquer relato íntimo.



8 Formação docente

Do repertório conceitual ao planejamento coletivo

A formação docente é uma condição de sustentabilidade do Produto Educacional. O objetivo não é produzir um especialista isolado, mas construir linguagem comum, critérios de mediação e capacidade coletiva de responder a situações sensíveis com menos improvisação.

Formato A – Encontro compacto de 4 horas

MÓDULO 1 – O QUE A PESQUISA REVELOU? • 45 MIN

Apresentar os sete achados centrais e identificar quais aparecem no contexto da escola, sem citar nomes ou casos individuais.

MÓDULO 2 – LENTES CONCEITUAIS • 60 MIN

Estudar sexualidade como construção sociocultural; normas de gênero; discurso, normalização, resistência e direitos humanos por meio de uma situação-problema.

INTERVALO • 15 MIN

Pausa.



MÓDULO 3 – MEDIAÇÃO DE TEMAS SENSÍVEIS • 60 MIN

Simular perguntas anônimas, piadas discriminatórias e exposição digital. Treinar respostas de informar, problematizar, acolher, encaminhar e adiar para verificar.

MÓDULO 4 – PLANEJAMENTO • 45 MIN

Cada grupo adapta uma atividade do guia ao seu componente, definindo objetivo, participação, recursos, cuidados e evidências.

FECHAMENTO • 15 MIN

Registrar uma concepção ampliada, uma prática a revisar e uma ação possível para os próximos 30 dias.

Formato B – Percurso ampliado de 6 horas

- **Bloco 1 (2h):** achados da pesquisa + lentes conceituais + análise de casos.
- **Bloco 2 (2h):** oficinas de mediação, perguntas anônimas, linguagem e situações sensíveis.
- **Bloco 3 (2h):** desenho de atividades, avaliação formativa e plano institucional de 30–60–90 dias.



PRODUTO ESPERADO DA FORMAÇÃO

Plano de aula adaptado + protocolo de mediação de perguntas inesperadas + um compromisso institucional de curto prazo para fortalecer diálogo, formação ou canais de escuta.



9 Instrumentos prontos para uso

Planejamento, acompanhamento e reflexão docente

9.1 Checklist de planejamento

- ☐ O objetivo pedagógico está claro?
- ☐ A linguagem é adequada à faixa etária?
- ☐ A atividade evita exposição da intimidade?
- ☐ Há formas anônimas ou alternativas de participação?
- ☐ As fontes e conceitos foram revisados?
- ☐ As regras de convivência serão explicitadas?
- ☐ Antecipei possíveis falas discriminatórias e como mediá-las?
- ☐ Conheço os protocolos da escola para situações sensíveis?
- ☐ Defini competências gerais e habilidades formativas mobilizadas?
- ☐ A avaliação observará aprendizagem e argumentação, não experiências pessoais?
- ☐ Há possibilidade de articulação interdisciplinar?
- ☐ Planejei uma síntese final para não encerrar a atividade em conflito ou dúvida?



9.4 Rubrica ampliada de acompanhamento

Para produções, debates e situações-problema

Critério	Em desenvolvimento	Adequado	Avançado
Compreensão conceitual	Mantém visão restrita ou generalizações.	Reconhece múltiplas dimensões e diferencia conceitos.	Relaciona conceitos, contexto e efeitos sociais com autonomia.
Argumentação	Afirma opiniões sem critérios ou exemplos.	Apresenta razões e considera contrapontos.	Mobiliza critérios, evidências e responde a contrapontos com respeito.
Leitura crítica	Tem dificuldade de identificar estereótipos e normas.	Reconhece estereótipos e possíveis efeitos.	Problematiza relações de poder, silenciamentos e alternativas.
Convivência e ética	Participação pode reproduzir julgamentos.	Interage com respeito e reconhece limites.	Além de respeitar, propõe ações de cuidado, inclusão e responsabilização.
Cultura digital	Analisa apenas intenção individual.	Considera privacidade e consentimento.	Analisa alcance, permanência, exposição, responsabilidade e reparação.
Transferência	Aplica critérios apenas ao exemplo discutido.	Aplica critérios a situações semelhantes.	Transfere critérios para novas situações e justifica ajustes de contexto.



9.5 Matriz de planejamento de atividade

Campo	Registro
Tema/situação geradora	_____
Objetivo de aprendizagem	_____
Competências/habilidades relacionadas	_____
Estratégia de participação	_____
Recursos	_____
Cuidados de mediação	_____
Evidências de aprendizagem	_____
Encaminhamentos/continuidade	_____

9.6 Triagem pedagógica de perguntas anônimas

Pergunta / tema	Posso responder agora	Precisa de fonte	Exige acolhimento/fluxo	Como retomar



9.7 Registro de continuidade e acompanhamento

Documentar sem investigar a intimidade

Este instrumento é destinado ao acompanhamento pedagógico e institucional. Não substitui formulários oficiais e não deve ser utilizado para coletar detalhes desnecessários sobre situações sensíveis. Registre apenas o necessário para garantir continuidade das providências definidas pelo fluxo da escola.

Data	Situação pedagógica observada	Ação imediata	Responsável/fluxo acionado	Retomada prevista



9.8 Painel de acompanhamento do ciclo de 90 dias

Indicador	Linha de base	Meta do ciclo	Evidência	Status
Docentes envolvidos em formação/ planejamento				
Componentes curriculares participantes				
Espaços seguros de pergunta/escuta				
Atividades aplicadas com registro de evidências				
Respostas institucionais revisadas				
Percepção de segurança para perguntar sem exposição				
Ações incorporadas ao planejamento/ PPP quando pertinente				

USO DO INSTRUMENTO

Os indicadores devem apoiar reflexão e decisão, não funcionar como ranking. O objetivo é tornar visível a progressão institucional e identificar onde ainda há dependência de respostas improvisadas.



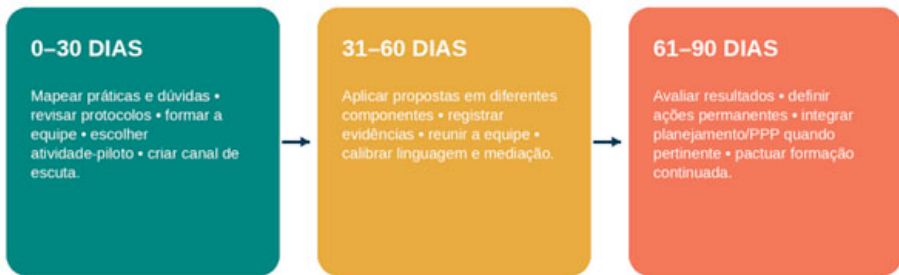
10 Plano de implementação

30-60-90 dias

Transformar o guia em prática institucional progressiva

Institucionalização progressiva: 30-60-90 dias

Transformar iniciativas isoladas em repertório coletivo, previsibilidade e continuidade pedagógica.



Esquema 6 – Institucionalização progressiva do Produto Educacional.

Primeiros 30 dias

Construir base comum

- Mapear como a escola aborda sexualidade e adolescência hoje.
- Revisar normas, orientações e protocolos institucionais aplicáveis.
- Realizar formação inicial com a equipe.
- Selecionar uma atividade-piloto de baixa exposição.
- Criar ou revisar canal de perguntas/escuta que preserve privacidade.



Até 60 dias

Testar, registrar e calibrar

- Aplicar duas ou três atividades em diferentes componentes.
- Registrar percepções docentes e evidências de aprendizagem.
- Reunir a equipe para analisar desafios de mediação.
- Alinhar linguagem e critérios diante de discriminações.
- Ajustar atividades, tempos, fontes e formas de participação.

Até 90 dias

Institucionalizar o que funcionou

- Avaliar evidências de aprendizagem e convivência.
- Definir ações permanentes e responsabilidades.
- Integrar o tema ao planejamento e, quando pertinente, ao PPP.
- Planejar formação continuada e articulações com a rede de apoio.
- Revisar os indicadores para o próximo ciclo.

PERGUNTA-GUIA

Ao final de 90 dias, a escola está menos dependente de intervenções improvisadas e mais capaz de planejar, dialogar, acolher, problematizar e acompanhar de forma coletiva?



10.1 Matriz de maturidade institucional

Um instrumento qualitativo para identificar
o próximo passo

Dimensão	Inicial	Em estruturação	Consolidando	Institucionalizada
Planejamento	Ações ocorrem apenas quando surge conflito.	Há atividades pontuais planejadas.	Há percurso articulado entre componentes e calendário.	Há continuidade, revisão e integração institucional.
Formação docente	Cada docente responde com repertório próprio.	Há formação ocasional.	Existe linguagem comum e estudo de casos.	Formação e reflexão fazem parte da rotina institucional.
Participação estudantil	Predomina exposição oral e risco de constrangimento.	Existem alternativas pontuais de participação.	Anonimato, pequenos grupos e casos fictícios são usados conforme objetivo.	Estudantes participam de forma segura e ajudam a construir critérios.
Mediação de discriminações	Respostas variam ou dependem da pessoa adulta presente.	Há intervenção, mas pouco registro/reflexão.	Critérios são compartilhados e discutidos coletivamente.	Intervenção, responsabilização e prevenção formam um ciclo.
Acolhimento e fluxos	Há dúvida sobre quem acionar.	Fluxos são conhecidos por parte da equipe.	Equipe conhece limites de atuação e encaminhamentos.	Fluxos são revisados, articulados e acompanhados sem exposição.
Avaliação	Atividades terminam sem evidências registradas.	Há registros de participação.	Há rubricas e critérios de aprendizagem.	Evidências orientam revisão do planejamento e novas decisões.



COMO USAR

Não é necessário “chegar ao último nível” em todas as dimensões ao mesmo tempo. A matriz serve para localizar pontos fortes, identificar dependências e escolher uma prioridade realista para o próximo ciclo.



11 Perguntas frequentes

Dúvidas recorrentes de professores/as e equipes escolares

1. Preciso ser professor/a de ciências ou biologia para trabalhar o tema?

Não. A sexualidade atravessa linguagem, relações, direitos, cultura, história, ética e vida digital. Cada componente pode contribuir a partir de seus conhecimentos específicos, desde que haja objetivo pedagógico, rigor conceitual e cuidado de mediação.

2. E se eu não souber responder a uma pergunta?

Reconheça o limite e adie a resposta para verificar uma fonte adequada. A frase “não tenho segurança para responder agora; vou pesquisar e retomamos” modela rigor e responsabilidade.

3. E se a pergunta vier em tom de piada ou provocação?

Separe forma e conteúdo. Interrompa a humilhação, se houver, e transforme a frase em objeto de análise: que ideia aparece? que efeito produz? que evidência a sustenta?

4. Posso pedir que estudantes contem experiências para tornar a aula mais “real”?

Não é necessário e pode gerar constrangimento. Casos fictícios, narrativas, perguntas anônimas e análise de discursos permitem discutir situações complexas sem exposição da intimidade.



5. Como diferenciar dúvida pedagógica de relato sensível?

A dúvida busca compreensão geral; o relato sensível envolve experiência pessoal, risco, violência, sofrimento ou exposição. Nesse caso, retire a situação do espaço público, acolha e siga o fluxo institucional.

6. E se surgir uma fala discriminatória?

Não a naturalize nem transforme a pessoa em “exemplo” para a turma. Interrompa o efeito de humilhação, explicita o critério de respeito e problematize o discurso e seus efeitos.

7. Como lidar com divergências de valores?

A escola pode reconhecer que existem crenças e valores diversos, mas precisa manter critérios pedagógicos comuns: dignidade, direito de aprender, não humilhação, conhecimento científico, proteção da intimidade e convivência respeitosa.

8. Como evitar que a aula se transforme em debate sem fim?

Defina pergunta orientadora, tempo, regras, critérios de argumentação e uma síntese final. Diálogo pedagógico tem direção formativa.

9. Como avaliar sem invadir a vida pessoal?

Avalie conceitos, argumentos, leitura crítica, tomada de decisão em casos fictícios e capacidade de propor respostas éticas. Experiências íntimas não são evidência de aprendizagem.

10. Por onde começar se a equipe está insegura?

Comece pela formação, pelo pacto de linguagem comum e por uma atividade de baixa exposição. Registre o que funcionou, ajuste e avance gradualmente para propostas mais complexas e ações institucionais.



12 Glossário conceitual

Termos-chave para estudo, planejamento e mediação

Adolescências: Expressão no plural que reconhece a diversidade histórica, social, cultural e subjetiva das experiências adolescentes.

Sexualidade: Dimensão humana que envolve corpos, afetos, relações, identidades, valores, normas, direitos e modos de existir, não se reduzindo à reprodução.

Gênero: Campo de normas, expectativas e significados sociais que organiza modos de ser, agir e ser reconhecido/a.

Subjetividade: Modos pelos quais os sujeitos se constituem, compreendem a si mesmos e são produzidos em relações sociais, discursos e práticas.

Discurso: Conjunto de formas de falar, classificar, explicar e produzir sentidos que estabelece o que pode aparecer como legítimo ou verdadeiro.

Normalização: Processo pelo qual determinados modos de ser tornam-se medida do “normal”, “adequado” ou “aceitável”, produzindo comparação e regulação.

Resistência: Movimentos de questionamento, deslocamento, recusa, solidariedade ou criação de outras possibilidades em relações de poder.

Consentimento: Princípio de convivência baseado em respeito a limites, possibilidade de recusa, ausência de pressão e reconhecimento de que decisões podem mudar.



Privacidade: Direito e condição de controle sobre informações, imagens, conversas e aspectos da vida pessoal que não devem ser expostos sem autorização.

Cultura digital: Práticas, linguagens e relações produzidas em ambientes digitais, incluindo circulação de conteúdos, rastros, exposição, participação e responsabilidade.

Educação em direitos humanos: Perspectiva que articula dignidade, igualdade de direitos, reconhecimento das diferenças, participação e enfrentamento de discriminações.

Mediação pedagógica: Conjunto de decisões que organiza participação, perguntas, intervenções, sínteses, proteção da intimidade e produção de aprendizagem.

Avaliação formativa: Acompanhamento contínuo de evidências para compreender o que foi aprendido, orientar devolutivas e ajustar o percurso.

Interdisciplinaridade: Articulação entre diferentes campos de conhecimento em torno de problemas comuns, preservando contribuições específicas de cada componente.

USO FORMATIVO

O glossário pode ser utilizado em reuniões pedagógicas: escolha dois ou três termos, peça que a equipe produza exemplos de situações escolares e discuta que decisões de mediação cada conceito ajuda a qualificar.



Referências

Obras mobilizadas na dissertação e na construção do guia

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, Jéssica Steffany da Silva. Gênero e sexualidade em uma escola pública do município de São Paulo: entre desafios, dificuldades e motivações. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BARBOSA, Regina Leite Garcia. Educação sexual e direitos humanos. In: CANDAU, Vera Maria (org.). Direitos humanos, educação e justiça social. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 139–156.

BERTOLINI, C. Sexualidade e adolescência: rodas de conversa e vivências em uma escola de ensino fundamental. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.



BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Orientação Sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais — Ética, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: diversidade cultural e justiça social. In: DIAS, Marcelo (org.). Educação em direitos humanos: fundamentos e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. p. 51–72.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



GONÇALVES, R.; FALEIRO, J.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: reflexões a partir de adolescentes. HOLOS, Natal, v. 29, n. 3, p. 196–210, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MEDEIROS, A. Os discursos do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: adolescência, sexualidade e subjetivação. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SILVA, Jardíael Herculano da. Gênero e sexualidade no cotidiano escolar sob a perspectiva de professoras e professores. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SONZA, Andréa Poletto; GEMELLI, Catia Eli; NUNES, Lauren de Lacerda; TAVARES, Olívia Pereira. Letramento de gênero e sexualidade: aqui não é um tabu e aí? Porto Alegre: 2ks Agência Digital, 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



ZANOTTI, Valentina. Sexualidade e adolescência: contribuições da escola na construção de subjetividades e resistências em contextos de normalização. 2026. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2026.



As autoras

Trajetórias que sustentam este Produto Educacional

VALENTINA ZANOTTI

É professora da Educação Básica, com formação inicial em Magistério, graduação em Administração e Licenciatura em Ciências Biológicas. Iniciou sua trajetória profissional na educação em 1988, atuando em escolas públicas do município de Nova Venécia (ES). Ao longo de sua carreira, exerceu funções docentes nas áreas de Ciências, Biologia e Matemática, além de ter atuado na gestão escolar. Desde 2021, integra a EEEFM “Sobradinho”, no município de Boa Esperança (ES). Atualmente, é mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, desenvolvendo pesquisa na área de sexualidade, adolescência, gênero e educação.





MÁRCIA MOREIRA DE ARAÚJO

É pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ) e pesquisadora do NIPEEA-UFES. É professora e orientadora de pesquisas em nível de mestrado no Programa de Mestrado



Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, em São Mateus (ES). Possui formação inicial em Biologia e Pedagogia e formação em Neuropsicopedagogia. É mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2010) e doutora em Educação pela mesma instituição (2016). Atua como educadora efetiva da rede municipal de educação de Piúma desde 1991 e como professora/bióloga da rede estadual de educação do Espírito Santo (SEDU-ES). Entre seus temas de interesse estão educação ambiental, ensino de Biologia, inclusão, diferenças sociais, diversidade cultural, interseccionalidade, investigação científica, práticas educativas, protagonismo estudantil, mediação do educador e novas tecnologias na educação.

*“Educar para o diálogo é criar condições para
que diferentes sujeitos possam existir, aprender
e participar com dignidade.”*

ISBN: 978xxxxx1-4



DIÁLOGO
EDITORIAL

